

Uma breve análise das disposições político-eclesiais do bispado de Dom José Brandão de Castro (1960-1987)

Osnar Gomes dos Santos*

A brief analysis of the provisions political-ecclesial of the bishopric of Dom José Brandão de Castro (1960-1987)

Resumo

O artigo que segue pretende fazer um breve exame das disposições político-eclesiais do bispo dom José Brandão de Castro, entre os anos em que esse esteve à frente da diocese de Propriá-SE. Analisar o caso particular do bispado de dom José Brandão permitirá contrariar generalizações e o uso rígido de esquemas de classificação que ainda aparece com alguma frequência em estudos que averiguam a atuação de bispos católicos durante a ditadura militar. Para tanto, caberá recorrer à utilização de instrumentais teórico-analíticos capazes de captar de forma mais profunda a complexa participação do episcopado brasileiro num contexto marcado pelo golpe de 1964 e também pelo período de redemocratização do país.

Palavras-chave: Igreja Católica; Dom José Brandão de Castro; ditadura militar.

Abstract

The article that follows intends to make a brief examination of the political provisions-ecclesial of bishop José Brandão de Castro, between the years in which this was ahead of the diocese of Propriá-SE. Analyze the particular case of the bishopric of Dom José Brandão de Castro will neutralize the generalizations and the use of rigid classification schemes that still appear with some frequency in studies on the bishops during the military dictatorship. For both, will have recourse to the use of theoretical-analytical instruments capable of capturing more deeply the complex participation of the Brazilian episcopate in a context marked by the coup of 1964 and also by the period of redemocratization of the country.

Keywords: Catholic Church; Dom José Brandão de Castro; military dictatorship.



* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O documento apostólico encaminhou para o Estado de Sergipe a criação de uma nova diocese católica: a diocese de Propriá.¹ Em seguida, o mineiro da Ordem dos redentoristas, José Brandão de Castro, assume o pastoreio da diocese.² E assim, no dia 16 de outubro de 1960, sob o bispado de dom José Brandão de Castro, foi criada a diocese de Propriá, a ser sufragânea da arquidiocese de Aracaju. Sua localização era bastante peculiar. Região mais pobre do Estado de Sergipe, inserida no polígono da seca, em área marcada pela concentração de terras.³

Dentre as preocupações iniciais do bispo dom José Brandão de Castro, destacou-se o desconforto diante do número pífio de padres na região. O pequeno número de sacerdotes no geral era uma realidade vivenciada por toda a Igreja Católica no país. O sociólogo Renato Cancian destacou que um dos principais objetivos da instituição, logo após a sua separação com o Estado, era o de passar por uma radical reorganização institucional que envolvia o reestabelecimento profícuo dos laços com a Igreja Católica Romana.⁴ Mesmo diante do processo em busca de uma maior centralização da Igreja no Brasil - conhecido como a *romanização* católica do país - e do seu relativo sucesso, o número pequeno de padres continuou como um grande problema enfrentado pela instituição.

No caso da diocese de Propriá, documentações variadas indicam que a questão mencionada ocupou por um longo período as atenções e preocupações do bispado de dom José Brandão. Para ilustrar precisamente o problema, seguindo relatos do frade franciscano Roberto Eufrásio, membro da equipe missionária da diocese: até o ano de 1978, havia dezoito paróquias na região e apenas quinze sacerdotes – contando com o bispo.⁵ Outro exemplo digno de nota se apresenta na defesa de dom Brandão aos padres que vinham do exterior. No ano de 1968, marcado pelo enrijecimento da ditadura militar, com a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), a temperatura política no país estava em alta. O trabalho de padres estrangeiros na diocese de Propriá passou a ser questionado.

1 Cf. BERNARDINI, Fillipo. Decreto executivo referente à diocese de Propriá, 07 de outubro de 1960.

2 Até então pároco da Igreja de São José, na cidade de Belo Horizonte. Cf. COPELLO, Santiago. Bula de nomeação de dom José Brandão de Castro, 25 de junho de 1960. Ver também a dissertação: NASCIMENTO FILHO, Isaias Carlos. *Dom Brandão, o profeta do Povo de Deus do Baixo São Francisco*. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), 2012.

3 A diocese aglutinava inúmeros municípios. Eram eles, respectivamente: Propriá, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Canindé, Gararu, Itabi, Japarutuba, Japoatão, Malhada dos Bois, Monte Alegre, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Pacatuba, Poço Redondo, Porto da Folha e Graccho Cardoso. Cf. BERNARDINI, Fillipo. Decreto executivo referente à diocese de Propriá, 07 de outubro de 1960.

4 CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011, p. 21.

5 Cf. OLIVEIRA, Roberto Eufrásio. *Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste*. - João Pessoa: Ideia, 2006, p. 91.



No manifesto em defesa dos padres, dom José Brandão assim narrou o episódio:

[...] na Diocese de Propriá, trabalham mais de dezessete sacerdotes e religiosos estrangeiros, que aqui vieram [...] para promoverem o nosso povo [...]. Curioso! Nós somos um país que se diz a maior nação católica do mundo, mas o Brasil precisa de sacerdotes de países estrangeiros, porque ele que se diz um país católico não fornece padres para a sua Igreja. Não apenas aqui no Nordeste, mas no restante do Brasil também. É uma coisa sobre a qual nós devemos meditar. Países, como a Bélgica, pequeninos, podem mandar padres não só para o Brasil, mas para todos os países da América Latina [...]. Isso dá o que pensar [...]. Eles deixam sua pátria para trabalharem para nós. E quantas vezes são mal compreendidos [...]. Há pessoas que lhes seguem os passos, como se estivessem seguindo os passos de um bandido. Homens que se dedicam a toda prova, suspeitos [...] de serem comunistas [...]. Ora, somos já noventa milhões, certamente uns cinquenta milhões de católicos, e não temos sacerdotes para os nossos cristãos [...].⁶

Em toda a sua nota pública, para além da defesa dos padres estrangeiros, é marcante a consternação do bispo diante da incapacidade dos sacerdotes brasileiros, em razão da sua reduzida quantidade, atenderem a todos os cristãos. Esses dois exemplos mencionados por aqui elucidam a presença constante da inconveniente falta de sacerdotes que alimentou por décadas preocupações dos segmentos mais variados da alta hierarquia da Igreja Católica, incluindo parte considerável do bispado de dom José Brandão de Castro.⁷

Entretanto, essa estava longe de ser a única preocupação do bispo. Questões relacionadas a reformas no campo da educação e da estrutura fundiária eram, desde cedo, levantadas por ele. Na entrevista concedida para o jornal *Senhor Bom Jesus*, dom José Brandão se manifestou publicamente contra a concentração de terras na região e apontou como problema a formação de numerosos latifúndios. Ademais, advogou ser imperiosa uma reforma agrária em todo o Nordeste e destacou a importância do trabalho de alfabetização e difusão da educação pelo rádio.⁸ Anos mais tarde, dom Brandão lembrou que a atenção dada aos pobres era um tra-

6 Conferir: CASTRO, Dom José Brandão de. "Os padres estrangeiros". In: *A Defesa*, 28 de janeiro de 1970, p. 1.

7 O Editorial Mais Sacerdotes do jornal *A Defesa* é sintomático nesse sentido. A publicação do editorial, datado de 15 de novembro de 1961, em caráter de manchete, dá a dimensão da angústia de dom Brandão, em seu primeiro ano à frente da diocese, diante da falta de sacerdotes - até mesmo para celebrar missa. Ver: CASTRO, Dom José Brandão de. Editorial Mais Sacerdotes. In: *A Defesa*, 15 de novembro de 1961, p. 1.

8 Apud *A Defesa*, 15 de novembro de 1961, p. 3.

ço herdado da família. Em entrevista, disse o bispo que “a sensibilidade para os pobres sempre foi uma coisa familiar”.⁹ Contudo, faz-se necessário compreender como essa “sensibilidade” se expressou enquanto ele esteve à frente da diocese.

Antes disso, cabe contextualizar o período em que foi criada a diocese de Propriá. Primeiramente é indispensável dizer que sua criação se realizou em meio ao processo do *aggiornamento* católico. As referências bibliográficas que trataram das disposições da Igreja Católica naquele momento histórico não chegaram a uma conclusão acerca das motivações responsáveis pela busca da instituição por mudanças.¹⁰ Em linhas gerais, são duas as interpretações hegemônicas sobre os motivos que, em tese, explicam o empenho da instituição por renovação naquele período: (1) a instituição se sentiu anacrônica diante da conjuntura, portanto percebeu a necessidade premente de reelaborar suas estratégias de sobrevivência institucional ante um cenário marcado pelo avanço do comunismo e das religiões protestantes;¹¹ e (2) a ampliação de uma leitura que defendia a existência de contradições nas estruturas da sociedade responsáveis pela produção de injustiças sociais.¹²

De acordo com os trabalhos de Michael Löwy¹³ e Scott Mainwaring¹⁴, o erro daquelas interpretações é exatamente o de subvalorizar os argumentos da outra. A partir dessa afirmativa, pode-se captar a existência de múltiplas motivações que contribuíram para a reavaliação da atuação da Igreja na sociedade. A criação da diocese de Propriá está inserida nesse contexto de estímulo à abertura da Igreja para o mundo moderno. O ponto marcante do *aggiornamento* católico emergiu com a abertura do Concílio Vaticano II, no ano de 1962. Segundo o teólogo João Batista Libânio:

Para a Igreja Católica, o Concílio Vaticano II transformou-se na maior façanha dos últimos séculos. Arrancou-a de um imobilismo defensivo diante das críticas da Reforma e da modernidade triunfante. Lançou-a na aventura imprevi-

9 Cf. BERNARDI, Luciano. [Entrevista] Dom José Brandão, Bispo de Propriá, *Mensageiro de Santo Antônio*. 04 de abril de 1984, p. 10-12.

10 A título de exemplo, conferir o trabalho do historiador brasileiro Scott Mainwaring, que questiona conclusões da historiografia tradicional sobre as motivações que levaram ao *aggiornamento* da Igreja Católica: MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Conferir também: LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. – Petrópolis: Vozes, 2000.

11 A esse respeito, indica-se leitura do clássico livro de Thomas Bruneau: BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. – São Paulo: Loyola, 1974.

12 A esse respeito, conferir: LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. – Petrópolis: Vozes, 1979.

13 Cf. LÖWY, Michael. Op. Cit., p. 69.

14 Cf. MAINWARING, Scott. Op. Cit., p. 25-26.

sível do diálogo com esses seus dois maiores inimigos. E ela empreendeu esse diálogo com coração aberto e destemido. Por isso, os anos seguintes ao Concílio serão carregados de tensões, feitas de esperanças e medos, de avanços e recuos, de coragem e temor.¹⁵

Dom José Brandão de Castro participou das quatro sessões do evento conciliar. Os reflexos do Concílio Vaticano II na prática diocesana foram marcantes. Primeiro porque o bispo logo se inscreveu na agenda elaborada pelos religiosos mais abertos ao processo de renovação. Segundo suas próprias palavras, na última entrevista concedida ainda na condição de bispo titular, dom Brandão argumentou que os anos conciliares tinham sido os mais compensadores da sua trajetória, uma vez que por esses anos a Igreja Católica fez “uma revisão profunda de sua linha pastoral e de sua atitude perante o mundo moderno”.¹⁶ Ainda na mesma entrevista, dom Brandão enalteceu o compromisso com os pobres firmado por um grupo de bispos, no chamado “Pacto das Catacumbas”.

O pacto estabelecido inicialmente por algumas dezenas de bispos ganhou rapidamente a adesão de centenas deles e do mundo inteiro.¹⁷ É ainda por aquele pacto que foi se formando a emergente “opção preferencial pelos pobres”. Alguns dos pontos elementares do Pacto das Catacumbas cobrava dos seus assinantes a renúncia dos títulos de poder e grandeza e o abandono da preferência clerical pelos “ricos e poderosos”.¹⁸ Daquele modo, o documento formalizado na Catacumba de Santa Domitila pode ser resumido por uma de suas passagens:

Daremos tudo o que for necessário de nosso tempo, reflexão, coração, meios [...], ao serviço apostólico e pastoral das pessoas e dos grupos laboriosos e economicamente fracos e subdesenvolvidos [...]. Ampararemos os leigos, religiosos, diáconos ou sacerdotes que o Senhor chama a evangelizarem os pobres e os operários [...].¹⁹

Portanto, para um dos grupos que participou do Concílio Vaticano II o encerramento do evento estimulou não apenas a renovação interna da instituição religiosa, mas também a participação substantiva dos bispos na realidade concreta dos pobres. O bispo de Propriá se inseriu nesse

15 Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Igreja contemporânea - Encontro com a modernidade*. - São Paulo: Loyola, 2002, p. 76.

16 Cf. [Entrevista] Dom José Brandão, Bispo de Propriá. “Profecia e compromisso com os pobres”. In: *A Defesa*, março de 1987, p. 4.

17 Cf. BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965)*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2001.

18 Cf. Documento *Pacto das Catacumbas: Da Igreja Serva e Pobre*.

19 Idem.



grupo e ficou entregue ao pacto selado até o fim do seu bispado. Contudo, é importante fazer uma breve exposição do contexto político brasileiro e como se conformou as disposições político-eclesiais pré-conciliares e pós-conciliares do bispo dom Brandão. A necessidade de averiguar com atenção a inserção do bispo na inédita linha eclesial reside no fato de compreender o processo em sua dinâmica circular e complexa, com a finalidade de não esbarrar numa leitura linear e simplificada.

O Brasil passava por um período conturbado no início dos anos 1960. Havia uma polarização política a respeito da presidência de João Goulart. Um dos pontos mais polêmicos do governo Jango, e que esquentava o ambiente polarizado, era a proposta por um leque de reformas estruturais, assim chamadas de “Reformas de Base”, amplamente divulgadas pela plataforma política daquele governo. Dentre outros pontos, as tão propagadas reformas abrangiam, de acordo com o historiador Boris Fausto:

[...] um amplo leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse de terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo [...]. Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas. No plano dos direitos políticos, sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas [...]. Ao lado disso, as reformas de base incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas estava a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, de frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior; e a extensão do monopólio da Petrobrás²⁰.

Com um quadro de propostas tão radicais, reações distintas da sociedade brasileira ganharam relevo. Alguns segmentos sociais e políticos enxergaram nas medidas reformistas uma possível semente de diálogo com o ideário comunista. Evidentemente, existiam grupos que apoiaram as reformas de base²¹. O curioso é que igualmente havia setores que defendiam as reformas de base, mas eram contrários que fossem elas tuteladas pelo

20 Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 447-448.

21 Dirigentes sindicais, setores do clero católico, intelectuais e até alguns membros das Forças Armadas eram alguns dos estratos sociais e políticos que apoiavam as Reformas de Base. Concordando com Boris Fausto, alguns intelectuais ainda imaginavam que uma suposta burguesia nacional apoiaria a conformação em favor das reformas, uma vez que aquela classe lutava contra o imperialismo e tenderia a se articular com o governo Jango em rumo à construção de um projeto de nação. Ver FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*, p. 449.



governo Jango. Dom José Brandão fez parte de um desses setores e não recusou utilizar seu *status* de liderança episcopal para convocar marchas contra a plataforma janguista.²² Cidades como Cedro de São João, Jopoaá, Aquidabã e Propriá foram tomadas por marchas populares concatenadas ao bloco de oposição ao governo Jango. Em meio à marcha do “triunfo da Revolução”, dom Brandão, que se encontrava no Recife, enviou uma mensagem oficial que foi lida no fim da passeata pelo cura da catedral, o padre belga Paulo Lebeau.²³

Desde que o regime político do país voltou a ser o presidencialismo, compete ressaltar que o boletim informativo oficial da diocese de Propriá, o jornal *A Defesa*, sintonizou-se claramente com o campo político contrário a Jango.²⁴ De acordo com a pesquisa de Ana Luzia Santos sobre aquele jornal, *A Defesa* refletia a postura do bispo e da maior parte dos religiosos da diocese de Propriá.²⁵ Na sequência do enunciado, analisando as abordagens apresentadas pelo referido jornal, Ana Luzia procurou demonstrar que, ao menos na primeira década do bispado de dom Brandão, valores do catolicismo tradicional eram presentes naquele meio. Partindo dessa observação, a pesquisadora usou a expressão “progressista contida” para demarcar a postura do bispo na década de 1960.²⁶

A expressão apresentada por Ana Luzia sugeria que o comportamento do bispo se assemelhava ao pensamento conservador católico. E mesmo quando esse assumia uma postura de combate, essa aparecia de forma diplomática, concluía a pesquisadora.²⁷ A forma diplomática que falava Ana Luzia pode ser ilustrada precisamente em posicionamentos adotados pela diocese naquele cenário de conturbação política. Antes de apresentar exemplos disso, cumpre-se pontuar que a Igreja Católica no Brasil, durante o processo que culminou no golpe de 1964, recebeu especial atenção do

22 Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. “O Brasil camponês confia na Revolução”. In: *A Defesa*, 13 de junho de 1964, p. 1.

23 Idem. Interessante notar também a complexa trajetória dos padres estrangeiros que atuavam na diocese de Propriá.

24 Após dezesseis meses sob a forma de um regime parlamentarista, a restauração do regime presidencialista pôde finalmente devolver os poderes anteriormente reduzidos para o presidente da República. Com isso, João Goulart ganhou um inédito, para ele, poder político. Cf. NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. – São Paulo: Cortez, 2014, p. 31. A respeito da posição oposicionista vista em *A Defesa*, ver a coluna “Perguntas Indiscretas” do jornal *A Defesa*, datada de 31 de agosto de 1963, em sua primeira página.

25 SANTOS, Ana Luzia. *Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude. (1961-1969)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006, p. 109.

26 Ibidem.

27 Ibidem.



complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática).²⁸

De acordo com o historiador René Dreifuss, a Igreja Católica foi fundamental para o complexo IPES/IBAD, dado que o clero proporcionava a necessitada comunicação entre o bloco de poder oposicionista e as bases sociais populares. Ademais, representava o órgão ideal para atingir as classes médias, assim como para agir por intermédio do bloco no seio das classes camponesas e das trabalhadoras urbanas.²⁹ Somado a isso, a política externa dos Estados Unidos procurou encontrar canais de obstrução de governos populares na América Latina. O programa “Aliança para o Progresso” estava no pacote intervencionista estadunidense. Em concordância com o pesquisador Vicente Gil da Silva, o programa “Aliança para o Progresso” escondia, por trás das suas intenções filantrópicas, a tática de Washington em garantir os interesses dos Estados Unidos na América Latina.³⁰

A articulação entre os setores políticos e empresariais, a direita nacional e a política intervencionista estadunidense flanqueou o bloco nacional-reformista capitaneado por Jango. Além disso, seduziu para o seu lado forças do conservadorismo reformista; ou seja, daqueles grupos desejosos por reformas, mas temerosos que essas fossem capazes de se chocar com os seus interesses.

Aparece então o momento oportuno para ilustrar a “forma diplomática” da qual falava Ana Luzia para tratar da postura quando combativa de dom Brandão. O bispo, a título de exemplo, fez fileira com o grupo que defendeu um amplo processo de reformas estruturais, desde que essas fossem tocadas por um governo ideologicamente contrário ao que conduzia o país. Na manchete *O Brasil camponês confia na Revolução*, dom José Brandão sinalizou a favor de reformas sociais e políticas, porém a partir de uma dúbia sentença: “Reformas certas, em mãos erradas”.³¹ O que dom Brandão externava com a sentença era o seu cristalino alinhamento com as forças políticas que derrubaram o presidente João Goulart.

Não obstante a posição assumida sobre as reformas, a diocese de Propriá foi alvo da “Aliança para o Progresso” e o bispo reconheceu anos mais tarde que o envolvimento entre o programa e a Cáritas diocesana,

28 O complexo IPES/IBAD tinha por objetivo desestabilizar o governo Jango. Seu intento foi exitoso. Sobre o IPES/IBAD, conferir: NETTO, José Paulo. Op. Cit., p. 50-51.

29 DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. - Petrópolis: Vozes, 1981, p. 254.

30 Cf. SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 30.

31 Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. “O Brasil camponês confia na Revolução”. In: *A Defesa*, 13 de junho de 1964, p. 1.



no tocante a distribuição de leite na região, ilustrou o personalismo do início de seu pastoreio.³² Sendo assim, as primeiras disposições político-eclesiais do bispado de dom Brandão podem ser identificadas no campo do conservadorismo reformista tão conhecido dos círculos de poder e notavelmente pleiteado pelo bloco de oposição a Jango. A expressão “progressista contido” usada por Ana Luzia traduz uma preferência da pesquisadora pela utilização dos binômios progressista e conservador.³³ No entanto, pelos pontos externados até aqui, compete problematizar essa e outras formas de classificação.

Com a consumação do golpe militar de 1964 e comemorado por parcela da cúpula católica o triunfo da “Revolução de 64”, balanços sobre o apoio ao movimento político que derrubou Jango passaram a ser levantados por inúmeros segmentos da sociedade. Segundo a biografia de dom José Brandão, escrita por Isaías do Nascimento, o jornal *A Defesa*, em setembro de 1966, dá início a publicações relacionadas à vida concreta do povo.³⁴ Isaías Nascimento cita como exemplo a solidariedade do bispo a membros da Ação Católica, presente em *A Defesa*. Para o biógrafo, a postura do jornal demonstrava o distanciamento do bispo com a ditadura militar instaurada no país após o golpe.

De fato, dom Brandão prestou solidariedade a membros da Ação Católica, quando esses foram acusados de agitação comunista por divulgarem documento acerca da situação dos trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste.³⁵ Contudo, é válido ressaltar que as matérias de *A Defesa*, as quais supostamente traduziam o distanciamento do bispo com a ditadura, vinham acompanhadas, além dos tradicionais artigos de cunho notadamente conservador, de outras matérias que atestam a permanência da ligação da diocese com o *status quo*.³⁶ Dessa forma, o distanciamento do bispo diante da ditadura precisa ser compreendido através de um complexo percurso.

32 Cf. BERNARDI, Luciano. [Entrevista] Dom José Brandão, Bispo de Propriá, *Mensageiro de Santo Antônio*. 04 de abril de 1984, p. 10-12.

33 A predileção de Ana Luzia pelas classificações não a impediu de notar em sua dissertação uma série de movimentos heterogêneos da diocese, incluindo as formas utilizadas pelo jornal *A Defesa* para justificar o golpe de 1964. As suas observações, portanto, permitiram-na questionar a postura progressista da diocese. Isso significa dizer que é possível demarcar posições em esquemas de classificação sem comprometer a pesquisa.

34 Cf. NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. *Dom Brandão: um pastor com cheiro de ovelhas*. – Belo Horizonte: O Lutador, p. 80.

35 *Ibidem*, p. 81.

36 Cf. SANT’ANA, Monsenhor Moreno de. O divórcio é inadmissível. In: *A Defesa*, 04 de outubro de 1966, p. 1. São recorrentes as matérias que apresentam forte ligação da diocese com lideranças políticas e os chamados biônicos. Cf. A Sociedade União Beneficente confere diploma de sócio benemérito ao governador eleito, Dr. Lourival Batista. In: *A Defesa*, 30 de novembro de 1966, p. 2.



Ainda sobre o distanciamento de dom Brandão com a ditadura, estudos variados comentaram o acontecimento. Ao analisar a assunção do bispo-auxiliar da arquidiocese de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, ao arcebispado da instituição, o historiador Ibarê Dantas afirmou que a nomeação de dom Luciano produziu uma conformação entre elites civis, militares e eclesiásticas no Estado de Sergipe durante a ditadura militar.³⁷ Entretanto, Dantas notou que a conformação só não foi maior graças a mudanças ocorridas com a diocese de Propriá e com a assunção de uma nova postura do seu bispo frente à preocupação com a situação dos grupos subalternos.

Ibarê Dantas, dessa forma, é mais um que sustenta as mudanças na postura do bispo dom Brandão. No exame feito por Dantas, entende-se que ocorreu um deslocamento do bispo diante da antiga aliança com as forças da repressão. Nas suas conclusões, a diocese “começou a preocupar-se com a situação de grupos das classes subalternas e a proporcionar guarida a alguns religiosos que passavam por Sergipe”.³⁸ Ainda que Dantas não tenha especificado em que momento ocorreu a modificação na linha político-ecclesial da diocese, é possível concluir, baseado nos acontecimentos, que o historiador estivesse falando dos anos 1970.³⁹ Naquela década, o bispo de Propriá tem a sua primeira grande crispação com a ditadura militar, resultado do conflito na Fazenda Betume. Segundo o cientista social Alex Sandro França:

Somente com o caso da Fazenda Betume, deflagrado em 1974, o religioso modifica sua postura “paternalista”. Ante as falhas do projeto da CODEVASF, o bispo se frustra e se defronta com os apelos dos posseiros desapropriados injustamente pela companhia. Isto se deu quando, ao tentar estabelecer um diálogo entre os técnicos da CODEVASF e os posseiros, D. Brandão não obteve êxito. Como a população envolvida já havia descartado o vigário local, afirmando que o mesmo estava do lado da empresa governamental, o bispo, buscava resolver o dilema, diz que também desconhecia o sofrimento dos posseiros [...] (FRANÇA, 2004, p. 98).⁴⁰

37 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 149.

38 *Ibidem*.

39 Até o conflito da Fazenda Betume, no município de Neópolis, em meados dos anos 1970, não há nenhum caso de grande vulto que pudesse sinalizar uma mudança radical na linha político-ecclesial do bispo e da diocese.

40 Cf. FRANÇA, Alex. *A Conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004, p. 98. Contudo, outras fontes pontuam que o conflito teria começado, de fato, no ano de 1975. Esse foi o caso do documento oficial escrito pelo bispo dom Brandão. Ver: Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. *Resumo do caso do Betume*, 09 de agosto de 1977.

Alex Sandro França soma-se aos autores que pontuam as mudanças do bispado na diocese de Propriá. O autor entendeu o ano de 1974 como o ponto referencial da cisão do bispo com uma conduta “paternalista”. Vale notar que é traço marcante na pesquisa de Alex Sandro França a percepção de uma “conversão” na postura do bispo, motivada por uma série de fatores. Dentre eles, a relação do bispo com membros da sua equipe diocesana e a nova recepção das demandas populares. Assim como na pesquisa de Ana Luzia Santos, aparece no trabalho de Alex Sandro França o esquema de classificação que difere progressistas de conservadores. No tocante ao trabalho do sociólogo, dom Brandão sai da condição de “paternalista” até “converter” sua posição a uma linha “progressista”.

Outra importante contribuição para os estudos das disposições da Igreja Católica em Sergipe foi produzida pelo frade franciscano Roberto Eufrásio de Oliveira, que era membro da equipe missionária da diocese. Roberto Eufrásio traçou em poucas linhas o perfil de dom Brandão e colheu testemunhos de religiosos e leigos sobre o bispo. No geral da apresentação acerca da trajetória do bispo, a descrição exaltou o compromisso de dom Brandão com os pobres e salientou que o bispo sempre esteve consciente da “verdade de fé” proclamada por João XXIII: “A Igreja é [...] a Igreja dos pobres”. No tocante as relações inicialmente amistosas de dom Brandão com a ditadura, não há menção. Ao contrário, é demarcado apenas o enfrentamento do bispo com o regime e com a ala conservadora da Igreja.⁴¹

A predileção por destacar as ações sociais da diocese de Propriá a partir dos anos 1970 também é presente na pesquisa de Quintino Ribeiro Neto. Semelhantemente ao trabalho de Alex França, Quintino Neto deu considerável espaço ao ocorrido na Fazenda Betume e apontou para a omissão da cúpula da Igreja em Sergipe diante da “condição de exploração do povo”, com a exceção do bispo dom Brandão e da diocese de Propriá.⁴² Quintino também faz uso da tipologia progressista para identificar dom José Brandão.

Por outro lado, algumas pesquisas apontaram para uma realidade bem diversa e apresentaram a postura da diocese nos conflitos como mera mediadora e até mesmo enquanto instituição conservadora devido ao distanciamento de uma prática de transformação na sociedade.⁴³ Mas não foi o foco de nenhuma dessas pesquisas até aqui citadas esquadriñar os

41 Cf. OLIVEIRA, Frei Roberto Eufrásio. *Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste*. - João Pessoa: Ideia, 2006, p. 82.

42 Cf. NETO, Quintino Ribeiro. *A Teologia da Libertação em Sergipe*. 1996. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1996, p. 39.

43 Cf. CRUZ, Marta Vieira. *Igreja Católica e Sindicalismo no campo: conservadorismo ou transformação (1975-1985)*. 1992. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.



detalhes do processo cíclico da mudança de lugar social do bispo e da sua esfera religiosa.⁴⁴

Para isso, seria necessário examinar com cuidado os anos iniciais do bispado de dom Brandão e a partir daí obter a dinâmica própria do caminho labiríntico trilhado pelo bispo e por sua esfera religiosa no processo de mudança. A necessidade da questão é explicável, dado que o distanciamento do bispo com a ditadura militar e a publicidade das crispções com as classes dominantes da região não se deram de forma homogênea e linear. Negar essa necessária problematização é correr o sério risco de cair em uma “ilusão biográfica” ou na “fabricação” de uma coerência não humana em meio ao processo de análise da trajetória de um determinado personagem.⁴⁵ Também por esse motivo, torna-se indispensável uma sensibilidade analítica capaz de questionar o uso dos recorrentes esquemas de classificação.

No que toca a problemática envolvendo o episcopado católico sergipano é importante salientar que os questionamentos em torno do uso de *tipos ideais* para definição de bispos e religiosos já são realidades presentes na produção de distintos pesquisadores. A começar pelo próprio Ibarê Dantas. De acordo com a observação do historiador Magno Francisco Santos, mesmo quando Dantas expôs sucintamente as diferenças entre o arcebispo da arquidiocese de Aracaju, dom Luciano Cabral, e seu predecessor, dom José Vicente Távora, ele evitou classificá-los.⁴⁶

O próprio Magno Francisco elaborou um minucioso trabalho questionando as corriqueiras categorias de classificação dos sujeitos históricos, visto que, para o historiador, elas levam a “contrastes pouco construtivos”. Em poucas linhas, Magno advogou que esses binômios expressam, com maior propriedade: “as necessidades acadêmicas de enquadramento de sujeitos de outras épocas”.⁴⁷ Além disso, para ele:

44 Um importante exemplo desse cíclico processo: no ano de 1967, portanto um ano depois de *A Defesa* marcar, segundo Isaías Nascimento, o distanciamento do bispo com a ditadura, o respectivo jornal saudou o terceiro aniversário do golpe de 1964. Cf. SANT’ANA, Monseñor Moreno de. Terceiro aniversário da Revolução. In: *A Defesa*, 16 de abril de 1967, p. 2. O mesmo jornal serviu como um dos porta-vozes da convocação para as comemorações do Sesquicentenário da Independência em Sergipe. Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. A Igreja no Sesquicentenário da Independência. In: *A Defesa*, 03 de setembro de 1972, p. 1. O evento foi criado pelos militares no ano de 1972 com o forte intuito de promover a ditadura. Sobre o Sesquicentenário, conferir: ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. – Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

45 Sobre a ilusão biográfica, conferir: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. – Campinas: Paripus, 2005, p. 184. A respeito da fabricação de um personagem, ver: GOMES, Ângela. *Escrita de si, escrita da história*. – Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 13.

46 Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O Bispo da Terra” e as agruras dos camponeses de Dom Luciano: escrita biográfica e reinvenção de si. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 09, n. 26, p. 101-126, set./dez., 2016, p. 106.

47 Ibidem.



[...] eles podem ser vistos como pouco condizentes com a vivência histórica, na qual homens e mulheres apresentam-se em trânsito, escorregadios e muitas vezes com ações e condutas distanciadoras do parâmetro estabelecido para o perfil preestabelecido para [sic] a categoria.⁴⁸

Não obstante o uso das classificações tradicionais e da sua negação completa, outras formas de classificação podem ser encontradas nos trabalhos sobre Igreja em Sergipe. No recente artigo do sociólogo Péricles Andrade, há uma preferência pelos *tipos*: “ala ortodoxa” e “ala heterodoxa”. O intuito do estudioso foi realçar as distintas recepções do *aggiornamento* católico no interior da Igreja. Péricles definiu a ala ortodoxa como aquela “que insiste em rejeitar parte do mundo, defendendo a ‘abstenção’ quanto aos conflitos sociais”.⁴⁹ Enquanto que a ala heterodoxa se caracterizaria pela maior inclinação às questões sociais.

Lançar mão de *tipos ideais* para definir de modo mais didático um determinado indivíduo ou grupo social é algo compartilhado por historiadores e pesquisadores de outras áreas. Quando se trata da historiografia acerca das disposições do episcopado brasileiro durante os anos marcados pelo golpe de 1964 e pela consequente interrupção do período democrático do país, findada 21 anos depois, a escolha por rígidos esquemas de classificação para bispos e religiosos no geral é bastante notável.

É importante ressaltar que não é intenção deste artigo uma defesa pelo fim do uso dos esquemas de classificação. Contudo, o texto apresenta problematizações a fim de qualificar o exame sobre as posições que sacerdotes brasileiros, e até daqueles provenientes do exterior, assumiram durante a ditadura militar. A princípio, é preciso de imediato salientar a necessidade de questionar até mesmo generalizações quando se examina a Igreja Católica. Em flerte com o filósofo Antônio Gramsci, é equivocado falar em Igreja Católica no singular, dado que a instituição – em seu interior – é repleta por uma multiplicidade de catolicismos. De acordo com a discussão proposta por aquele autor:

[...] Toda religião, inclusive a católica (ou antes, sobretudo a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer superficialmente unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos,

48 Ibidem.

49 ANDRADE JUNIOR, Péricles. “Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 45, p. 131-141, 2015, p. 140.



um catolicismo das mulheres e um dos intelectuais, também este variado e desconexo.⁵⁰

Em outras palavras, Hugues Portelli explicou que, para Gramsci, a dinamicidade de catolicismos no âmago da instituição era um produto da penetração da “heterogeneidade social e ideológica” por lá presentes.⁵¹ Seguindo a análise deixada por Gramsci, o sociólogo Michael Löwy procurou decifrar as chamadas *tendências orgânicas do catolicismo brasileiro*. Seria essa uma forma eficaz, segundo Löwy, de problematizar o uso de *tipos ideais* sem precisar negá-los de forma taxativa. Num pequeno quadro explanatório, Löwy ilustrou da seguinte forma as *tendências católicas* no Brasil:

1- Um grupo pequeno de fundamentalistas, que defendem ideias ultrarreacionárias e às vezes semifascistas: por exemplo, o grupo “Tradição, Família e Propriedade”. 2- Uma poderosa corrente conservadora e tradicionalista, hostil à Teologia da Libertação e organicamente associada às classes dominantes (e também à Cúria Romana), por exemplo, a liderança do CELAM. 3- Uma corrente reformista e moderada [...] pronta para defender os direitos humanos e certas demandas sociais dos pobres [...] 4- Uma minoria [...] influente de radicais, simpáticos à Teologia da Libertação e capazes de uma solidariedade ativa com os movimentos populares, de trabalhadores e de camponeses.⁵²

Apesar das aparências, a explanação de Löwy não negligenciou a complexidade existente entre as *tendências*. Pelo contrário, o teórico rapidamente aludiu para a existência de um “arco-iris de tonalidades diferentes” que não cristaliza as posições de bispos e religiosos mediante os *tipos ideias* citados. Noutras palavras, elementos de uma dada *tendência* podem ser atraídos por uma ou outra posição.⁵³ Diante disso, percebe-se a procura do autor em evitar construções de esquemas rígidos de classificação usados para definir a linha de atuação de determinado religioso ou corrente católica.

A simplificação de um indivíduo ou grupo social a *tipos* pré-definidos, sem a devida problematização, pode resultar em conclusões danosas para a pesquisa. Rígidas classificações impossibilitam o reconhecimento da autonomia – embora seja ela relativa - dos indivíduos que agem na sociedade, além de negligenciar contradições que são inerentes

50 GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 115.

51 PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. – São Paulo: Paulinas, 1984, p. 26.

52 LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. – Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66.

53 Ibidem, p. 65-66.



ao comportamento humano ante a tessitura sócio-histórica. Discorrendo sobre os historiadores que aderiram a reduções de escalas de observação, o historiador Giovanni Levi assim descreveu o objetivo do trabalho daqueles:

Seu trabalho tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece a sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.⁵⁴

A redução da escala de observação utilizada pelos historiadores aliados por Levi tinha por objetivo, dentre outros pontos, realçar relações *micro* que, por vezes, passam despercebidas no trabalho historiográfico. Dessa forma, para além de domar ações e procedimentos dos indivíduos seguindo a cartilha das classificações, torna-se necessário fazê-las passar pelo crivo de um minucioso diagnóstico. Embora não seja intenção desse artigo trabalhar em cima de experiências *micro*, é imprescindível destacar a importância do “jogo de escalas” no realce das escolhas particulares, e enganosamente negligenciáveis, de um dado indivíduo. Visto que tais escolhas podem escapar da observação do pesquisador quando esse limita sua pesquisa a enquadramentos inflexíveis dos personagens por ele escrutinados.

A recorrente afirmação - de trabalhos citados neste artigo - que diz ter havido uma mudança considerável na postura do bispo dom José Brandão de Castro entra em sintonia com os acontecimentos e as fontes. Alguns exemplos notáveis são expressos por variados meios. Não cabe neste artigo compilar a série de movimentos que traduziram as mudanças das disposições de dom Brandão. Pontua-se por este texto apenas quatro delas: (1) a denúncia do bispo a esquemas de grilagens de terras no Nordeste;⁵⁵ (2) a sua participação na luta em favor da demarcação das terras do grupo



54 Cf. LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 135.

55 Isso rendeu longas páginas em jornais de todo o país. Conferir as matérias: Criada na Assembleia a CPI da grilagem, *Tribuna da Bahia*, 11 de maio de 1977, p. 2; VILELA, Avelar Brandão. Nota à imprensa. *A Tarde*, 13 de junho de 1977, p. 13. Ver também: CASTRO, Dom José Brandão de. DOSSIÊ sobre grilagem de terras, 20 de abril de 1976, 23f.

indígena kariri-xocó;⁵⁶ (3) os inúmeros imbróglis entre ele e a Companhia do Vale do São Francisco (Codevasf);⁵⁷ e (4) o seu marcante envolvimento no caso Santana dos Frades.⁵⁸

A mudança era clara e cristalina. As antigas matérias moderadas do jornal *A Defesa* deram lugar ao tom nada ameno diante das estruturas políticas e sociais entendidas enquanto iníquas.⁵⁹ O conservadorismo reformista foi substituído pela postura radical que, segundo Löwy, caracterizava os simpatizantes da Teologia da Libertação e aqueles capazes de se solidarizar ativamente com os movimentos populares.⁶⁰

Essas mudanças não são insignificantes e quando somadas às distintas posições de dom Brandão com o seu metropolitano, dom Luciano, entende-se a ainda importante opção pela demarcação dos bispos a partir dos esquemas de classificação.⁶¹ Cabe à demarcação estar acompanhada por problematizações, como supracitado neste artigo, que obliterem cristalizações e fabricações de coerência e linearidade nos movimentos de grupos e personagens. O conceito de “aplicabilidade circunscrita”, utilizado pelo historiador Iraneidson Santos Costa, parece ser uma excelente



- 56 O caso envolvendo o bispo, os xocó da Ilha de São Pedro e a família Britto é exemplar para a observação acerca das relações do bispo com as classes dominantes na segunda década do seu bispado. Relações bem distintas do antigo caráter mediador e amistoso que caracterizou os anos iniciais do bispo à frente da diocese. Sobre isso, conferir o manifesto publicado pelo, à época, advogado da família Britto, Carlos Ayres Britto, contra a postura do bispo de Propriá: BRITTO, Carlos Ayres. O coronel e o bispo. In: *Jornal da Cidade*, 17 de novembro de 1978. O tom usado por Carlos Ayres Britto no manifesto que circulou por toda a cidade de Propriá ilustra precisamente o incômodo que a postura do bispo causava para a família Britto. Para maiores detalhes do conflito entre xocó e família Britto, conferir o Boletim: *A outra vida dos Xocó*. Comissão Pró-Índio-SP, maio/junho de 1983.
- 57 Um dos resultados das querelas entre o bispo e a Codevasf e, especialmente, as confrontações entre dom Brandão e o presidente da companhia, Nilo Peçanha, resultaram numa ampliação dos marcos persecutórios direcionados contra o bispo. A esse respeito, conferir: DOSSIÊ de Dom José Brandão de Castro. Aracaju, [197-]. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Acervo do Arquivo do Departamento de ordem política e social (DOPS), nº 770/05.
- 58 Cf. SANTOS, Fábio Alves dos. *Começo de mundo novo: sofrimento, luta e vitória dos posseiros de Santana dos Frades*. – Petrópolis, 1990.
- 59 Cf. D. José Brandão de Castro fala aos Deputados sobre Problema fundiário. In: *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p. 1.
- 60 LÖWY, Michael. Op. Cit., p. 65-66. No que toca a ligação de dom Brandão com a Teologia da Libertação, conferir: COMBLIN, José. [Correspondência] 06 de agosto de 1985, Serra Redonda-PB [para] Dom José Brandão de Castro, Propriá, 2f.
- 61 Por meio do manifesto *O caso Boff e a rebeldia contra Roma*, percebe-se claramente as discordâncias de dom Luciano com os bispos solidários ao teólogo Leonardo Boff, um dos expoentes da Teologia da Libertação. Cf. DUARTE, Dom Luciano Cabral. *O caso Boff e a rebeldia contra Roma*. – Brasília: SBEF Edições, 1985. O bispo dom Brandão, por seu turno, prestou solidariedade a Boff, chegando a enviar carta endereçada ao cardeal Ratzinger, então responsável pelo processo inquisitório contra o teólogo. Cf. NASCIMENTO FILHO, Isaias Carlos. Op. Cit., p. 98-99.

alternativa para realização do intento.⁶² Em concordância com Iraneidson, é possível a aplicação das classificações mediante o reconhecimento dos seus limites.

Dessa forma, pode-se classificar a postura inicial de dom Brandão em flerte com o conservadorismo reformista, presente em múltiplos segmentos da Igreja Católica. Em um processo cíclico, o bispo assumiu uma posição sintonizada com as *tendências orgânicas do catolicismo* mais radicalizadas, sendo uma das vítimas do desmantelamento dessa *tendência* na América Latina.⁶³

O caminho percorrido nos anos iniciais do bispado de dom Brandão até o ano da sua aposentadoria precisa ser compreendido em toda a sua complexidade. Um caminho cíclico, dialético, imerso por contradições que fazem parte do processo histórico vivenciado por indivíduos, instituições e também por grupos sociais. Este artigo teve como função apresentar problematizações para o entendimento mais completo das disposições político-eclesiais de dom José Brandão de Castro à frente da diocese de Propriá. Evidentemente que não coube a este artigo examinar cada detalhe do pastoreio de dom José Brandão, mas competiu a ele suscitar modos de observar a complexa circularidade que resultou em uma nova conformação de dom Brandão na tessitura política, social e eclesial.

62 Cf. COSTA, Iraneidson Santos. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, out./dez., 2013, p. 1471.

63 Os vaticanistas Carl Bernstein e Marco Politi elaboraram um rico trabalho sobre as disposições do papado de João Paulo II. Puderam observar as ligações do papa com a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA e perceber a sua sintonia com o presidente Ronald Reagan no que diz respeito à oposição aberta contra expressões do cristianismo da libertação na América Latina. Cf. BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta do nosso Tempo*. – São Paulo: Objetiva, 1996. Ver também correspondência enviada por José Comblin a dom Brandão. Por ela, o importante teólogo da libertação insistia para que dom Brandão não sucumbisse a um suposto esquema montado – segundo Comblin, a conspiração envolvia o clero sintonizado com o papado de João Paulo II e segmentos políticos e sociais, como a Codevasf e os latifundiários da região – para adiantar a sua aposentadoria. Cf. COMBLIN, José. [Correspondência] 14 de setembro de 1985, São Paulo [para] Dom José Brandão de Castro, Propriá, 2f.

